

Observações à margem duma Obra de D. António sobre Nuno de Santa Maria

Publicou, já este ano de 2009, a editora Alêtheia uma peça de teatro que o jovem Pe. Dr. António Ferreira Gomes escrevera em 1931, denominada *Nuno de Santa Maria, herói e santo*, com um prefácio de Guilherme de Oliveira Martins e uma nota explicativa de Carlos A. Moreira Azevedo. Publica-se também o prefácio de D. António Ferreira Gomes à 3ª edição dos *Contos Exemplares* de Sophia de Mello Breyner e um texto da Professora Maria Luísa Malato Borralho, da Faculdade de Letras do Porto sobre o discurso literário em D. António Ferreira Gomes, perfazendo a obra um total de 175 páginas.

A oportunidade da republicação deste texto de D. António é indiscutível, agora que se chega à canonização do Condestável.

Trata-se dum texto escrito em 1931, tinha D. António 25 anos pouco tempo após o seu regresso a Portugal, em 1929, após estudos em Roma. Pode pois perguntar-se porque razão se lembrou o futuro Bispo, de que não se conhecem incursões nem na prosa nem na poesia até ao Episcopado, de escrever este texto. Questão de difícil resposta, mas a que podemos dar duas pequenas achegas: em primeiro lugar havia no Seminário de Vilar, onde trabalhava, uma academia Nun'Álvares e em segundo lugar, há uma carta de 1933, em que o Bispo do Porto, futuro, pede a D. António Castro Meireles, para o tirar do cargo

de chefe de disciplina que então exercia no Seminário de Vilar, por se achar pouco fadado para as exigências de tal vocação, na altura, deve dizer-se, algo marciais.

O jovem padre deve ter olhado para Nun'Álvares como uma referência para uma pedagogia outra e ter-se-á inspirado para escrever o seu Nun'Álvares, certamente para ser apresentada e representada em alguma Academia, com esse desígnio.

Todavia uma leitura da peça, hoje, após nos termos debruçado sobre o pensamento de D. António, numa visão de conjunto da sua vida e da sua obra, é surpreendente. De facto está aí, em gérmen, a postura moral intelectual e cívica que o Bispo do Porto irá percorrer. Afirmção difícil de contestar hoje quando esta obra está suficientemente bem estudada e as motivações do Bispo dificilmente podem ser vilipendiadas por consciências rectas.

Para bem contextualizar este trabalho de índole literária no tempo, talvez se deva acrescentar a não excessiva estima em que o autor tinha a maneira como historiadores da história pátria tratavam algumas figuras da Igreja e sobretudo alguns textos de Júlio Dantas, a que se referirá, mais tarde, em texto já de 1973.

1

O texto do Prefácio ressalta e bem esta coerência que vai entre a obra Herói e Santo e a Conferência "Os direitos do homem na tradição portuguesa antiga" de Setembro de 1973², realça o conflito ideológico entre o Condestável e João das Regras e enfim allora as considerações entre duas maneiras de entender Portugal que se desenhavam: a do absolutismo régio e a duma espécie de constitucionalismo de consenso entre os nobres e o rei que apareceria na Inglaterra e na Suíça, segundo o texto de 1973.

Todavia ao olharmos do conjunto da obra de D. António e seus comentadores honestos para trás, sobretudo, no que escreveu nas duas conferências publicadas já a menos dum ano do 25 de Abril, mais se nos inculca a ideia de que o Bispo do Porto tinha sua formação feita, embora talvez não explicitada em 1931, ou seja aos 25 anos, nisto se aproximando de muitos génios do pensamento cuja chave de pensar já está presente desde muito cedo.

¹ "Os direitos do homem na tradição portuguesa antiga", em *Ecumenismo e direitos do homem na tradição portuguesa antiga* (Porto 1974)

² Nesse texto D. António refere-se longamente a Nun'Álvares, das p. 48 a 67.

Com efeito, já na trama desta muito interessante peça de teatro, muito inspirada como reconhece Oliveira Martins nas crónicas anónima e de Fernão Lopes sobre o Condestável, mostra-se D. António, desde sempre, um homem de Igreja seguidor da sua filosofia política, um suareziano, como demonstrou, em trabalho recente, Manuel Pinho Ferreira³. Não endeusando a tradição germânica, nem a tradição dos direitos humanos surgida com o Iluminismo, chama D. António à colação a tradição hispânica do direito das gentes e sobretudo o seu teorizador Francisco Suárez (1548 – 1617) que bem achava que o poder vem para o Rei do Povo, como aparece nos diálogos entre João das Regras e o Condestável.

D. António explorará, neste pequeno texto, como escreverá na conferência de 1973, partindo das duas crónicas sobre o Condestável, a heroicidade e a santidade como filhas do mesmo ideal e indo mais longe considerará Nun'Álvares, homem mesurado e meditativo, conhecedor dos mestres do pensamento toológico-político, "designadamente João de Salisbúria e sua doutrina sobre o tiranicídio, as suas preferências pela monarquia electiva e a dialéctica, sua e de todos os medievais, entre os direitos do rei e os direitos do povo" ⁴

Incluído nesta publicação se encontra o texto da Prof^a Doutora Maria Luísa Malato Borralho, da Faculdade de Letras do Porto, intitulado, "O herói, o santo, e o poeta, o discurso literário em D. António Ferreira Gomes", em que a autora se debruça sobretudo sobre dois textos, raramente estudados, como refere: o drama sobre Nun'Álvares e o pórtico para a terceira edição de Contos Exemplares de *Sophia de Melo Breyner*. Foi pena que neste elenco não tivesse incluído um outro texto que bem se pode incluir na mesma família de textos literários. Refiro-me ao texto "O Sacerdote, o Filósofo e o Poeta, perante Deus", aparecido em *Cartas ao Papa*, que originalmente se chamou "o Sacerdote, o filósofo e o poeta, perante Deus e Portugal", destinado a um Congresso intitulado, se bem me lembro, "Os portugueses e o Mundo", cujas Actas não sei se chegaram a ser publicadas.

Efectivamente nesse texto, volta D. António a uma questão que lhe será muito querida a saber o tema do mistério, ou do Cristianismo como mistério e desde logo das consequências duma tal concepção para o Cristianismo como narrativa.

³ . Manuel Pinho Ferreira, *A Igreja e o Estado Novo na Obra de D. António Ferreira Gomes* (Porto 2004) sobretudo p. 606 e s: Sobre Francisco Suárez, cf *De Legibus*, livro I. Da Lei em Geral, Lisboa 2004, apresentação de Mendo Castro Henriques, introdução e tradução de Gonçalo Moita.

⁴ *Ecumenismo...* cit., 85

As razões que a autora apresenta para o desconhecimento destes textos do Bispo do Porto são muito certeiras, mas sobremaneira a última a saber que a literatura ignora não raro o que pensa que lhe está fora e a teologia ou outras narrativas também.

O texto organiza em cinco vectores este mundo entre dois mundos que é o discurso literário de D. António: toda a cultura autêntica é radical, não invocar o nome de Deus em vão, a moral também é uma questão estética, a religião deve ser um conto exemplar e, finalmente, o ser da acção é um ser de contemplação.

Por estes cinco vectores passa de facto uma temática de D. António pouco conhecida e relativamente tardia no seu pensamento que ele deve, como confessa, à leitura de Karl Rahner e ao conhecimento de alguns textos de Heidegger, nomeadamente os seus comentários a Hölderlin e Rilke, poetas que também bem conhecia.

O essencial da posição doutrinal de D. António era que a linguagem era a "casa do Ser", o sacerdote o "pastor do Ser" e a teologia, depois de bem conhecida, deveria ser proposta como narrativa.

Ora D. António não apenas faz esta proposta, teoricamente, nos textos citados como a exemplifica, sobretudo nas homilias da semana santa de 1978 e em outros escritos tardios.

A incursão da Professora Luísa Malato num tema que lhe é parcialmente estrangeiro e digo parcialmente porque a autora é versada nos processos retóricos, elucida bem esta originalidade do Bispo do Porto, por alguns tido como doutrinário seco e mesmo incompreensível, nomeadamente ao salientar o carácter radical de toda a cultura que D. António defende para a obra de Sophia e o carácter narrativo que deve revestir a proposta cristã.

Servindo-se da peça *Herói e Santo*, define a radicalidade como a fidelidade às raízes culturais da nossa tradição antiga e a narrativa, socorrendo-se de Italo Calvino, como a fuga ou como diz "a saída de tacanhez e da univocidade de todas as representações e de todas as opiniões".

Esta incursão de Luísa Malato para lá da literatura merece ser saudada, pois privilegia, como diz "uma dimensão muitas vezes negligenciada pelos estudos exclusivamente teológicos ou inclusivamente literários".

A própria Sophia não desdenharia estes estudos porquanto tendo-lhe uma vez

dito em amena conversa, já muito depois da escrita do *Pórtico*, que achava o melhor texto que se escreveu sobre a sua obra, se limitou a responder: sem dúvida.

Não foi sem alguma emoção que reli o texto de *Nuno Santa Maria, Herói e Santo*, contemplando o percurso da vida do Bispo, agora de maneira retrospectiva, tendo em conta a sua história pessoal, a sua meditação sobre Portugal, as suas ousadias, as suas vitórias e também o modo pacífico e sereno como encarou a sua reforma, como resignatário jubilado.

De facto, o algum conhecimento que me foi dado ter da sua vida e obra está ali em gérmen, na recusa do caminho dos legistas, isto é da autocracia, que o mesmo é dizer da sacralização do Estado, da Inquisição, do legitimismo, de todos os regalismos. E da afirmação que colocou no final das conferências citadas já após o 25 de Abril de que Portugal poderia ter sido possível por outros caminhos.

A interpretação da figura de Nun'Álvares, sem dúvida bem documentada nas crónicas medievais, poderá suscitar algumas dúvidas aos historiadores, mas isso apenas valida o acerto da resposta de Flaubert a quem lhe perguntou quem era Madame Bovary: Madame Bovary sou eu, terá respondido.

De facto, Nuno de Santa Maria é, em parte, D. António Ferreira Gomes...

Arnaldo de Pinho